



**PRÁTICAS DE ARQUIVO
EM ARTES PERFORMATIVAS**

**CLÁUDIA MADEIRA, FERNANDO MATOS OLIVEIRA
E HÉLIA MARÇAL (COORD.)**

Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, 386 pp.

**PRATICAR
O ARQUIVO,
ARQUIVAR A PRÁTICA:
UM ITINERÁRIO PELO
LIVRO PRÁTICAS DE
ARQUIVO EM ARTES
PERFORMATIVAS**

LAURA ROZAS LETELIER

CENTRO DE ESTUDOS DE TEATRO DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (CET-FLUL)

Este é um livro que não apenas reúne e dá acesso a variadas práticas de arquivo em artes performativas, mas é em si próprio também uma prática de arquivo, nas suas quase 400 páginas de texto e imagens que ilustram a diversidade de práticas e materialidades presentes nesta constelação. O exemplar ativa e expande o que foi o Seminário Internacional de Práticas de Arquivo em Artes Performativas, realizado de 16 a 18 de novembro de 2017, em Coimbra e no Porto. O encontro envolveu o Teatro Académico de Gil Vicente, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o Teatro Nacional São João e o Mosteiro de São Bento da Vitória, reunindo intervenções nacionais e além-fronteiras, sob a coordenação de Cláudia Madeira, Fernando Matos Oliveira e Hélia Marçal.

A introdução elaborada pelos coordenadores do volume oferece um contexto vital sobre a interseção das artes performativas com as práticas de arquivo, à luz das contribuições de figuras como Jacques Derrida, Michel Foucault, Diana Taylor e André Lepecki. As primeiras páginas do livro estabelecem um terreno comum para o leitor, situando-o nas intenções e nos conceitos que permeiam as propostas apresentadas, incluindo repertório, reencenação e corpo-arquivo, entre outros. Situado este chão mais ou menos comum, o texto enfrenta o desafio de desconstruir binómios tradicionais que há muito se infiltraram na conceção do arquivo, como efemeridade *versus* permanência, revelando as *nuances* e zonas cinzentas que essas dicotomias englobam. O livro continua com uma *assemblage* de 24 artigos que amplificam – sob a perspetiva das artes performativas – o que pode(ria) ser o arquivo num sentido expandido: o arquivo enquanto prática, como ferramenta para a criação artística, como arquivo de processos artísticos, o que sublinha a própria performatividade do arquivo, colocando em movimento a potencialidade das práticas de arquivo e, junto com ele, da memória, da história e também da ficção.

Dividido em três eixos, “I. Performance, documentação e efemeridade”, “II. Dança, arquivo e movimento” e “III. Teatro, música e repertório”, os termos sugerem um cruzamento de disciplinas, metodologias, lugares de prática, instituições, suportes e questionamentos teóricos. Contudo, com esta estruturação, mais do que parcelar com as diversas intervenções, o livro propõe a possibilidade de entrelaçamento de práticas, espaços e temporalidades, que podem ser vistas como isoladas, mas que em interligação acabam por desmultiplicar os olhares sobre o(s) arquivo(s), tanto complementando como contestando-se. Este emaranhamento de práticas expressas em papel acaba, por sua vez, por propiciar a dissolução de fronteiras entre artistas, arquivistas, curadores e pesquisadores, todos em conversa

à volta do arquivo nestas páginas. Trata-se de uma monografia que não pretende ser exaustiva nem conclusiva, reconhecendo um olhar parcial sobre as práticas de arquivo em artes performativas, mas que oferece, graças à sua parcialidade, um panorama diverso. Esta é uma questão assente na confluência do próprio carácter precário das artes performativas e do arquivo.

A primeira parte do livro, intitulada “I. Performance, documentação e efemeridade”, inaugura-se com a tradução para o português do artigo de Louis van den Hengel, situando o arquivo num lugar incorporado na prática do *reenactment* e no plano dos afetos. Dimensão afetiva essa que continua a reverberar nos textos seguintes da edição: a curadora Sibylle Omlin traz um olhar sobre os métodos da história oral e a sua tradução para o trabalho artístico. A leitura afetiva continua pela mão de Cláudia Madeira e Fernando Matos Oliveira, que indagam sobre as dificuldades e os desafios do tratamento e acesso dos arquivos e espólios privados dos artistas da performance no enquadramento das políticas culturais da institucionalidade artística nacional. Aborda-se a problemática da propriedade dos espólios, destacando a importância do cruzamento afetivo entre legados de vida e legados artísticos, bem como da perspetiva colaborativa entre instituições. Neste enquadramento de reflexão sobre as práticas institucionais, o texto seguinte, escrito por Hélia Marçal, aborda a incorporação da arte da performance no museu, sob o ponto de vista da conservação como prática expandida. Num contraponto com o artigo de Louis van den Hengel, Marçal reflete sobre o *reenactment* enquanto prática que permite a “materialização do Outro” (p. 79), repensando a institucionalidade do museu. Uma alternativa inovadora na abordagem da atividade arquivística, que desafia os limites institucionais, é apresentada pelo laboratório de criação contemporânea Linha de Fuga 2018, sediado em Coimbra. Num texto que mescla

o galego e o português e ainda a prática artística e a académica, Catarina Saraiva, Janaína Behling e Marta Blanco descrevem uma metodologia de arquivo laboratorial. Nessa abordagem, a documentação é reinterpretada como uma expressão artística, promovendo uma dinâmica de “documentação participativa”, em que, para além do corpo-arquivo, surge o corpo-documentador de um arquivo em constante fuga.

Dois artigos com foco na intermedialidade da performance e da sua documentação encerram a primeira secção, dando conta da porosidade entre a performance e determinados meios tecnológicos. Ana Maria da Assunção Carvalho mergulha na performance audiovisual, assumindo a performance como um ecossistema que molda a relação entre performance e objeto, centrando-se no trabalho de Gustav Metzger e Fernando Velázquez (arte generativa). Pela sua parte, Frederico Dinis indaga sobre a confluência de performances sonoras e visuais com o intuito de estabelecer diretrizes para o seu tratamento arquivístico desde o horizonte da *prática-como-investigação*.

A secção “II. Dança, arquivo e movimento” situa o arquivo numa reflexão coreográfica, ou como uma suma de gestos em movimento e implicados corporalmente, sublinhando-se o potencial da dança e da performance, na sua criticalidade, de dar espaço no arquivo e na história, a diversos tempos, ritmos, materialidades e corpos. O artigo colaborativo de Ana Bigotte Vieira, Carlos Manuel Oliveira e João dos Santos Martins coloca em retrospectiva o trabalho realizado no projeto “Para uma *timeline* a haver: genealogias da dança enquanto prática artística em Portugal” (p. 133). Uma iniciativa ainda em andamento que, a partir dum estudo alargado do século XX, e com particular ênfase na Nova Dança Portuguesa, materializa nas várias edições do dispositivo um exercício que parte da sinalização de marcos, instituições, pessoas, discursividades, para gerar um pensamento

especializado da história e do arquivo da dança, que poderíamos denominar *crono-coreo-cartográfico*, emaranhando a linearidade da história. Posicionando-se desde a *theory-fiction* e com um sugestivo uso das imagens, Paula Caspão submerge os leitores numa experiência de leitura sensível que nos situa no meio para esbater ou enredar os limites entre a vida e a não-vida da performance, apontando para interessantes questões éticas. Através de exercícios de inter(in)animação, as experiências de Alain Resnais, Boris Charmatz, Malik Gaines, com as suas diversas expressões materiais, coexistem nestas páginas mediante variadas incorporações e iterações.

Continuando com esta forma expandida de olhar para o arquivo e as genealogias, a intervenção de Carla Fernandes e David dos Santos apresenta a experiência do projeto TKB (Transmedia-Knowledge-Base), indagando as possibilidades e os lances numa plataforma interativa para expor formas relacionais não hierárquicas, ou então rizomáticas, numa cartografia participativa. O artigo coloca a pergunta sobre o carácter curatorial no fazer do arquivo em artes performativas para defender uma visão pós-custodial do arquivo, enfatizando o carácter processual e colaborativo. Daniela Salazar toma como caso de estudo a peça *10000 gestes*, de Boris Charmatz (2017), iniciativa enquadrada no projeto *Musée de la Danse*, para debruçar-se sobre a operabilidade do conceito de arquivo performativo ancorado no corpo, no contexto coreográfico da dança. Um arquivo poroso e disruptivo, que traz consigo interrogações curatoriais, colocando em reflexão – assim como alguns dos artigos da primeira secção – a ação destes gestos na transformação da institucionalidade museológica.

Os corpos concretos da história da dança portuguesa e a discussão sobre os média voltam a aparecer com a intervenção de Maria João Guardão, no seu estudo sobre o cruzamento e a fricção entre

o trabalho das artes performativas e a imagem em movimento no meio televisivo. O ponto de partida é a sua experiência na série documental *Laboratório* (2004), dedicada a criadores portugueses. Trata-se de uma abordagem às questões de acesso e precariedade dos suportes, questionando-se a capacidade de um programa de televisão para construir memória nas artes performativas. A secção encerra com o texto de Luísa Roubaud e aparecem então os corpos coreografados da política do espírito promovida pelo Estado Novo. Com especial destaque para os Bailados Verde-Gaio, o artigo revela um panorama pormenorizado sobre a encenação dum leitura política da história nos corpos estetizados e coreografados pelo regime.

A secção “III. Teatro, música e reportório” encerra o volume com uma interessante coleção de dez artigos que expandem as questões até aqui desenvolvidas para além do quadro das artes performativas, ou então, que alargam o seu campo de ação para áreas como a iconografia, a música e a literatura. Começamos pelo teatro, com quatro intervenções sobre iniciativas e instituições que trabalham com fundos documentais teatrais, voltando novamente para a interrogação sobre a institucionalidade e a sua responsabilidade no tratamento dos arquivos. A secção é aberta pela abordagem de Berta Muñoz Cáliz sobre o seu trabalho no *Fondo de Documentación Teatral del INAEM*, em Espanha. É apresentada uma perspetiva histórica que abrange as transformações do fundo nos vários devires políticos ao longo das décadas, dando conta de como o fundo documental narra também a história das disputas pela memória. Desde aqui, lembramos que os arquivos são constituídos também pela sua carência e precisam muitas vezes do diálogo com outros fundos e documentos, panorama em que a gestão e inter-relação institucional são uma peça-chave. Este intuito de colocar em diálogo documentos de distinta proveniência é também uma das motivações do projeto de investigação OPSIS, base de dados de imagens,

desenvolvido pelo Centro de Estudos de Teatro, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que é apresentado por Maria João Brilhante e Filipe Figueiredo. A partir do conceito “trabalho da imagem” e sob a perspetiva das Humanidades Digitais, a relação entre teatro e imagem é colocada à luz de um novo gesto de olhar: através de gestos reminiscentes da montagem *warburgiana*, olhar a imagem à procura daquilo que não é mostrado. Trabalhando também à volta da falta, o artigo do antropólogo Ricardo Seiça Salgado reflete sobre a possibilidade de construir uma memória do CITAC-Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra, no eixo da relação entre *anarquivo* e *repertório*, dedicando uma especial atenção ao papel da história oral na complementação e contestação dos arquivos, particularmente quando tratamos com estruturas caracterizadas pela instabilidade. Já Sofia Patrão, com a sua descrição do Fundo do Museu Nacional do Teatro e da Dança, introduz-nos ao que é o trabalho diário e concreto no arquivo do museu, oferecendo um relato generoso sobre os desafios da prática de arquivo e partilhando algumas das soluções implementadas.

A partir do contexto musicológico, roteiros e partituras despontam nas páginas do artigo de António de Sousa Dias. Trata-se do estudo de caso de duas obras do grupo ColecViva, dirigido pela compositora Constança Capdeville, expondo uma inquietante reflexão sobre os limites da documentação para recuperar a memória do “teatro-música”, assim como das (im)possibilidades para a sua reencenação. Já focados num outro tempo, a partir da musicologia histórica, outra reflexão sobre os registos musicais é trazida por José Abreu e Paulo Estudante, com a descrição do trabalho realizado pelo projeto Mundos e Fundos da Universidade de Coimbra, no resgate e na recriação do património musical português, lembrando-nos que um arquivo é sempre sujeito à possibilidade de tradução e interpretação. No artigo seguinte, Andreia Nogueira expõe os resultados dum inquérito

realizado a compositores portugueses, dando conta das dificuldades afrontadas no enquadramento da preservação digital. Das questões sobre a transição e preservação digital trata a intervenção de André Marcos Heitor e Fernando Matos Oliveira sobre o Teatro Académico de Gil Vicente, desvelando-se a relação tangencial entre o arquivo e a programação teatral e entre o arquivo e o seu acesso *online*. Trata-se da importância de conhecer as estruturas de criação para estabelecer metodologias e práticas de arquivo e acesso coerentes com o seu trabalho, história e função, de forma que os desafios aqui sublinhados sejam afins para outros teatros e cineteatros. Brevemente, Soraia Simões de Andrade apresenta o projeto Mural Sonoro, evidenciando a importância do contexto ao entender a música como um evento e considerando a relevância de práticas de arquivo que recolham as experiências e os testemunhos, para além da documentação escrita. Finalmente, Thiago Arrais aborda a obra literária de Patrícia Portela, debruçando-se sobre uma perspetiva espacial e dilatada da sua obra, ecoando na migração de materiais a outros dispositivos.

Percorrido este caminho, encontramos não só um discurso contínuo, mas também uma trama de textos que oferece uma reflexão perspicaz sobre o arquivo a partir de uma abordagem que se poderia considerar centrada na ética dos cuidados (Agostinho, 2021), favorecendo também uma aproximação pós-custodial do arquivo (Colectivo ARDE, 2024). Ao expandir-se para além da abordagem da custódia arquivística, o livro convida-nos a explorar práticas de arquivo que privilegiam os usos e as formas de ativação e transferência. Por sua vez, o destaque dado aos cuidados traz consigo uma nova perspetiva sobre a sustentabilidade das instituições, suas infraestruturas, macro e micropolíticas, com ênfase na experimentação do comum, propondo outras maneiras de lidar com o tempo, o espaço e com os outros (Piña, 2023; Maar, 2023). Nesta equação, as artes performativas,

na sua intrincada relação com a imaterialidade, e as práticas arquivísticas encarnadas, centradas na pós-vida da performance, têm redefinido e ampliado a lógica do arquivo, questionando radicalmente a sua redução a um mero local de preservação e, em vez disso, concebendo-o como um ecossistema de práticas e gestos de partilha. Um livro como este também visibiliza a necessidade de financiamento à gestão documental e à investigação sobre os arquivos, assim como de estabelecer políticas de arquivo transparentes e democráticas, reforçando ainda mais a necessidade de uma abordagem ética e inclusiva no tratamento do património documental das artes performativas, que pode ecoar em outras práticas de arquivo para além deste campo. Assim, este compêndio de artigos talvez seja um convite para “desaprender o arquivo” (Azoulay, 2019), exercício em que a expansão e reimaginação do arquivo e das suas práticas podem contribuir para idealizar novas formas de interseção entre entidades, práticas, materialidades, corporalidades e temporalidades diversas; numa frase: imaginar novas formas de comunidade e futuridade. +++

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, Daniela (2021), “Care”, in Nanna Bonde Thylstrup / Daniela Agostinho / Annie Ring / Catherine D'Ignazio / Kristin Veel (ed.), *Uncertain archives: critical keywords for big data*, MIT Press, pp.75–86.
- AZOULAY, A. (2019), *Potential history: unlearning imperialism*, London & New York, Verso.
- Colectivo ARDE (2024), “Arte de archivo, pensar los archivos desde el sur”, in AAVV *Perspectiva comparatista na recolha, tratamento e análise de arquivos de teatro*, Lisboa, Centro de Estudos de Teatro, pp. 25–41.
- MAAR, K. (2023), “How to do things with care: feminist curating in dance”, *OnCurating*, 55. Consultado a: 18/08/2024, disponível em: <https://www.on-curating.org/issue-55-reader/how-to-do-things-with-care-feminist-curating-in-dance.html>.
- PIÑA, A. (2023), “Choreography as curation, curation as cure”, *OnCurating*, 55. Consultado a: 18/08/2024, disponível em: <https://www.on-curating.org/issue-55-reader/choreography-as-curation-curation-as-cure.html>.
- SCHNEIDER, R. (2011), *Performing remains: art and war in times of theatrical reenactment*, New York, Routledge.

